

Do ensaio à história literária: o percurso intelectual de Ronald de Carvalho

Mirhiane Mendes de Abreu
IEL/UNICAMP

A estréia de Ronald de Carvalho como ensaísta ocorreu quando ainda estudante de Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais. Nesse período, atuou no periódico *A Época - Revista de Ciência e Literatura*, fundada em maio de 1906 pelos acadêmicos da instituição, com o objetivo de “documentar, pelo tempo afora, a vocação literária dos estudantes” (CALMON, 1945, p. 107). Com a periodicidade variada, a publicação divulgava os pensamentos, discursos e artigos de professores e alunos de maior destaque, tendo por temática prioritária assuntos de natureza jurídica e social. A repercussão da revista entre os estudantes era de grande acolhida e o seu diretor-chefe era uma espécie de “líder intelectual”, tanto do grupo que compunha a direção da revista, quanto dos estudantes da faculdade como um todo. A primeira colaboração de Ronald de Carvalho ao periódico intitulou-se “A doutrina de Monróe e sua elasticidade” (CARVALHO, 1909-1912), artigo no qual questionou, através da dimensão política e cultural, os princípios gerais da conduta norte-americana, compreendendo-a como “mera ficção” e dando mostras da posição do intelectual em que pretendia se transformar.

Se observarmos o conjunto dos artigos escritos por Ronald de Carvalho para *A Época*, veremos que traçar novas perspectivas sociológicas e filosóficas é uma preocupação constante do autor, oferecendo à revista um ponto de vista distinto dos temas nela debatidos, freqüentemente restritos às reflexões jurídicas. Um exemplo significativo das suas preocupações nesse momento é o ensaio “A Índia — sua filosofia — seus sistemas filosóficos” (CARVALHO, 1909-1912), publicado na edição de maio de 1910 e cuja finalidade é comparar a filosofia da Índia com a da China. Na edição de junho/julho do mesmo ano, Ronald assume interinamente a direção do periódico, na qualidade de primeiro secretário, e publica o ensaio “Socialismo científico — utopia ou realidade?”. A última edição de 1910, a de agosto/setembro, traz uma novidade importante, pois além de apresentar o artigo “Ciência das finanças”, Ronald passa a colaborar também como poeta, através do poema “Viver” (CARVALHO, 1909-1912). No ano seguinte, 1911, a direção da revista é assumida por Alceu Amoroso Lima, que a leva a adotar, de maneira mais sistemática, uma nova orientação: agora as preocupações culturais deixam de ser ocasionais e se tornam tão constantes e bem cuidadas quanto as jurídicas. Desta data até a conclusão do curso, Ronald de Carvalho comparece nas páginas da revista como poeta e historiador. Sua colaboração para *A Época* é fundamental para se compreender a sua formação e a elaboração do seu pensamento, pois alguns dos seus ensaios sintetizam premissas que serão posteriormente retomadas na *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919). As bases em que repousariam as novas orientações implementadas pelo grupo de Alceu Amoroso Lima, bem como o pendor para as letras desses amigos, estão expostos

nas *Memórias improvisadas*, em que o crítico, após descrever a importância fundamental de Sílvio Romero no processo formativo da sua geração, destaca o papel da revista *A Época* para o mesmo propósito:

Pois bem, foi ali, durante o meu curso de Direito, que começaram a manifestar-se as minhas tendências e preferências pelas letras. A comprovação escrita disto está na coleção da revista *A Época*, nascida em 1907, se não me engano¹. Frequentava o quarto ano da escola quando fui eleito diretor dessa publicação. Escolhi Rodrigo Otávio Filho para secretário da redação. *Nossa primeira preocupação foi mudar a orientação da revista, emprestando-lhe um tom mais literário que jurídico*. Constituíamos um grupo à parte, que se caracterizava pelas suas preferências literárias. Entre outros, figuravam Ronald de Carvalho e Eduardo Azevedo Macedo. (LIMA, 1973, P. 43, grifos meus)

Diplomado em Direito, Ronald viaja para Europa a fim de complementar seus estudos, o que o faz ao longo de 1913 e 1914, nas cidades de Paris e Lisboa. A oportunidade de atualizar-se culturalmente não é desperdiçada pelo estudante. Ele e seus amigos Alceu Amoroso Lima, Álvaro Moreira e Rodrigo Otávio Filho procuraram conhecer de perto as vanguardas européias, sendo que Ronald estabeleceu vínculos estreitos com os intelectuais que, junto a ele, viriam a ser os artífices do movimento modernista português. Deve-se destacar também que o grupo frequentou o concorrido curso de Henri Bergson no Collège de France, fundamentando-se filosoficamente para fazer a crítica ao cientificismo então reinante.

No ano de 1913, ainda em Paris, o recém-bacharel liga-se a um grupo de escritores portugueses do qual faziam parte Raul Leal, Mário de Sá Carneiro e José de Almada Negreiros, igualmente atraídos pela cultura francesa. No seu retorno ao Brasil, mantém correspondência com seus amigos lusitanos e participa, ainda que à distância, dos primeiros passos do modernismo português através da revista *Orpheu*. Publicada em 1915, a *Orpheu*, como era chamada, reunia poemas de Fernando Pessoa, de Ronald, e outros à época tidos como “futuristas”. Por esses anos, o autor já não era mais um estudante, mas um intelectual influente em seu círculo. Daí que sua presença no movimento português não foi fortuita e, em alguma medida, expressava um certo interesse entre os intelectuais de ambos os países em torno do ideário estético e ideológico em processo, além do desejo explícito de estreitar as relações entre os principais países falantes da língua portuguesa. Seu esforço para o estreitamento de laços entre brasileiros e portugueses pode ser avaliado a partir da leitura do livro *Modernismo brasileiro e modernismo português*, de Arnaldo Saraiva. A atitude de Ronald é reveladora do seu perfil diplomático, exercido não apenas no campo político, mas também no cultural (SARAIVA, 2004, p. 165). A colaboração do modernista carioca na revista portuguesa se concretizou com o envio dos seguintes poemas: “A alma que passa”, “Lâmpada noturna”, “Torre ignota”, “O Elogio dos Repuxos” e “Reflexos” (CARVALHO, 1915).

Desde a década de 1910, Ronald exerceu intensa e sistemática atividade como publicista na imprensa da então capital federal. Seus artigos foram publicados no *Diário de Notícias*, *A Pátria*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*. Atuou ainda nas seguintes revistas literárias brasileiras: *O Mundo Literário*, *América Brasileira*, *Klaxon*, *Terra de sol* e *Era Nova*. Colaborou com as revistas portuguesas *A Águia*, *Alma Nova*, e *Orpheu* (nesta última, sua

atuação desenvolveu-se na qualidade de poeta, conforme já se verificou acima). Desempenhou ainda, com bastante êxito, a atividade de conferencista, desenvolvendo um gênero que, segundo Alexandre Eulálio, representava um desenvolvimento do ensaio e da sermonística e foi muito cultivado nas primeiras décadas do século XX:

Ao lado da crônica e da reportagem é cultivado também um outro gênero menor que, se gozara de algum prestígio nos meados do século anterior, empolga de modo mais completo agora o público do tempo: a “conferência literária”. Documentando, do ponto de vista dos costumes, uma exuberante vida social, esse tipo de oração para ser recitada em sociedade participa ainda do campo do ensaio. Um ensaio quase sempre frívolo, variação palavrosa em torno de algum tema genérico, vago, efêmero. Recolhidas em livro após serem recitadas aqui e ali pelos autores (bem remunerados por esse trabalho, desde que as conferências são com entrada paga), representam fenômeno literário inseparável do período. (EULÁLIO, 1992, p. 54)

A conferência foi muito praticada pelos modernistas porque gradualmente favorecia a aproximação com o público e propiciava a tarefa de divulgação dos novos ideais estéticos, além de estar em sintonia com o aspecto mundano dos salões da época. Brito Broca, em *A vida literária no Brasil — 1900*, traça um histórico dessa “mania” no Brasil e destaca o entusiasmo com que os conferencistas eram acolhidos pelo público (BROCA, 1960). Nesse contexto, não se deve perder de vista a particularidade do caso de Ronald de Carvalho, pois muitas vezes suas palestras tinham um caráter oficial, decorrente da função de diplomata, e, por isso também, versavam sobre questões econômicas e sociais, mescladas com temáticas referentes à cultura, literatura e artes. Parece que essa multiplicidade de temas era um dos atrativos das preleções de Ronald, como se pode concluir pelos comentários e propagandas das suas conferências estampados em *O Jornal*, destacando, justamente, o caráter panorâmico das informações nelas contidas. A edição de 10 de setembro de 1920, por exemplo, ilustra bem a importância de Ronald como conferencista. Nela, a redação do periódico menciona a “numerosa audiência”, sintetiza as idéias gerais do discurso intitulado “A evolução literária no Brasil” e recomenda a presença para as futuras conferências dele e de outros.

A multiplicidade de temas e o tom discursivo do conferencista que fala diretamente ao auditório se mantêm nos ensaios, muitos deles reunidos pelo próprio autor em livros publicados após a *Pequena História da Literatura Brasileira* (1919), como é o caso, principalmente, de *Estudos Brasileiros* (1930), uma reunião de palestras proferidas no México quando Ronald desempenhava função diplomática. Essencialmente heterogêneos, não existe entre eles uma unidade, mas, conforme observou Antonio Carlos Villaça a propósito desse livro, trata-se de uma espécie de “introdução geral ao Brasil como cultura” (VILLAÇA, 1967, p. 7). Tal sugestão pode ser estendida à toda obra ensaística de Ronald: por um lado, porque ela trata, em primeiro lugar, da formação da cultura brasileira; e por outro, porque cultura e política são, em seus textos, dois lados da mesma moeda.

No plano formal, sua prosa traz as marcas do conferencista que imprime ao discurso um tom coloquial apropriado ao contato direto com o auditório e que estava em perfeita sintonia com as conquistas modernistas no plano da linguagem. Nesse sentido, o traço distintivo do seu texto reside em aproximar-se do leitor de forma clara e direta: sem

perder a profundidade, Ronald faz circular de maneira acessível um conjunto de idéias e práticas sociais sofisticadas, constituídas pelo curso da história literária no Brasil. A simplicidade e a elegância do seu discurso, aliadas ao modelo épico (VENTURA, 1991, p. 137-149)² pelo qual constrói a narrativa, integram o conjunto de instrumentos utilizados para interpretar a nação, sintetizando as questões centrais da época e do grupo a que pertencia. Narrador habilidoso, Ronald de Carvalho combinou em seus artigos um pouco de ficção e história, sem esquecer dos recursos analíticos que lhe permitiam sustentar a tese da existência de uma literatura brasileira sedimentada, cuja origem e cuja continuidade poderiam ser traçadas pelo historiador.

Alguns de seus contemporâneos viam com maus olhos essa atividade de conferencista e o caráter “didático” e de “divulgação” dos seus ensaios. Mário de Andrade, por exemplo, questionava a “sistematização didática que fazia de seus textos um auxílio mnemônico” (ANDRADE, 2001, p. 135-6). Manuel Bandeira, mais conciliador, acreditava que “escrever para jornais e revistas prejudica[ria] o artista” (ANDRADE, 2001, p. 139), mas acrescentava que Ronald de Carvalho seria portador de “qualidades excepcionais para vulgarizador e educador”. São dois exemplos pinçados para ilustrar o quanto o cunho de conferencista atuou no processo de elaboração dos ensaios de Ronald.

De um modo geral, os testemunhos dos contemporâneos do autor destacam a fluência e/ou a beleza da escrita como traço principal dos seus ensaios. Porém, a par dessa característica, ressaltam outra, a divulgação, observada com desprezo pelos críticos. Para Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Sérgio Buarque, Ronald de Carvalho incorria num grave defeito: ser muito mais um vulgarizador de idéias do que descobridor, o que lhe conferia um ar didático, capaz de ordenar um raciocínio, mas não de descortinar novos problemas.

Importa reter da atividade ensaística de Ronald a intenção clara de um “espírito erudito”, pode-se dizer até que “enciclopedista”, convivendo ao lado do crítico que ele claramente desejava ser. Formado no respeito aos modelos europeus, sobretudo franceses e também portugueses, Ronald vai encerrar a década de 1910 exibindo o principal exemplar de conhecimento e erudição, uma história literária que visa conter uma “teoria do Brasil” muito afinada à noção positivista de progresso, sem menosprezar a interpretação modernizante que sua época lhe proporcionava.

Munido dos principais instrumentos de debate da época, em 1919, já na condição de diplomata³, Ronald de Carvalho traz a lume a *Pequena História da Literatura Brasileira*, obra em que se vê, concentrado, o cerne da sua problemática. Esse livro não se restringe ao âmbito literário, mas, partindo do *corpus* literário, traça uma leitura que tem por objeto a formação do Brasil como sociedade. Essa leitura, é importante dizer, será constituída segundo as necessidades da sua época, ou seja, através dessa obra é possível conhecer o que importava ao repertório intelectual do país, a ponto do seu autor produzir um painel interpretativo da sociedade brasileira marcado pelos ideais de modernização e nacionalidade. Da perspectiva estilística, os seus ensaios distinguiram-se pela possibilidade de serem compreendidos por um público não apenas formado por leitores, mas também ouvintes, expectadores de suas conferências.

Se, por um lado, escrever história literária poderia representar àquela altura uma espécie de avesso da modernidade, por outro, esse estilo e essa linguagem atraíam os intelectuais brasileiros, talvez em virtude do chamado “lado doutor” da nossa cultura. Entretanto, é oportuno ressaltar, no interior dessa temática, que Ronald de Carvalho não absorveu em seus ensaios, nem em sua história literária, aquela velha tendência brasileira do artificial e do palavrório. Ao contrário, prenuncia em sua prosa um claro empenho de ação voltada para difundir idéias, o que o transformou muito mais num comentador erudito e menos num ativista de vanguarda. Por escrever de modo “claro”, distante daquele rebuscamento próprio dos bacharéis e do estilo, muitas vezes, elíptico de alguns dos modernistas seus contemporâneos, seus textos representam bem a idéia de que a modernidade brasileira se construiu a partir de múltiplos caminhos e influências (NÁPOLIS, 1970, p. 53)⁴.

Essa característica se deve menos a Ronald de Carvalho do que às imposições do próprio gênero, pois, como explica David Perkins em *Is Literary History Possible?*, as formas modernistas de narrar não se adaptam aos propósitos da história literária, porque nela reside ainda um ponto fundamental: a argumentação, da qual provém o comentário, cujo objetivo é persuadir. Dessa maneira, no interior da história literária, corre em paralelo ao seu discurso cronologicamente viável um outro, mais elaborado do ponto de vista intelectual, que é o da crítica (PERKINS, S/D, P. 175-186).

Encaminhada assim a questão, como Ronald de Carvalho, formado intelectualmente nos moldes mais tradicionais que a sociedade da época poderia lhe fornecer, erigiu seu pensamento crítico? Na análise da sua prosa ensaística, percebe-se que, de modo algum, crítico e historiador representam atividades que se repelem. Por outro lado, analisando também a sua trajetória como intelectual, nota-se igualmente o seu desejo de manter-se afinado aos princípios básicos da modernidade: detentor de vasta cultura, atuante em periódicos emblemáticos da divulgação de uma idéia de modernidade, o autor, parece-me, possui uma imagem bem específica do homem de letras; imagem essa fortemente ligada a um certo prestígio advindo da erudição, embora também relacionada à idéia romântica de artista, que buscava envolver-se com os principais dilemas da nacionalidade. A analogia com o romantismo pode ser estabelecida a partir dos conceitos de povo, raça e nação elaborados em seus textos. A ânsia de diferenciar o Brasil é evidente em Ronald de Carvalho, o que explica o desejo de apresentar uma literatura que já mostrasse, desde o seu início, traços de nacionalidade. Desse ponto, é possível marcar a questão acompanhando novamente David Perkins. Da perspectiva do teórico, a diferença básica entre história literária e história geral repousa no fato de que, para a primeira, a preocupação principal não é a reconstrução do passado, mas sim a iluminação dos trabalhos literários, explanando-os, compreendendo-os e se deleitando com eles. Nesse caso, independentemente do conceito estético, social, ideológico do crítico-historiador, há em seu horizonte uma busca deliberada por um cânone e uma tradição. Cria-se, a partir da história literária, um senso de continuidade, projetando no passado o presente de quem escreve (PERKINS, s/d, p. 175-186). No caso específico de Ronald de Carvalho, essa projeção está em envolver-se com os aspectos formativos da sociedade brasileira, tra-

çando, através dela, o processo da literatura brasileira, mesmo que, para isso, fossem necessários temas intermediários.

Nesses termos, a literatura é encarada em seu texto como um documento, um atestado da autonomia das artes brasileiras, o que expressaria a já existente e solidificada nacionalidade, independente das escolas e formas estéticas importadas da Europa. São ensaios que podem ser inseridos no que Gilda de Mello e Souza chamou de tradição de “levantamento da realidade” pela arte e que marcou as produções artísticas e críticas no Brasil (SOUZA, 1980, P. 249-278). No nosso país, a trajetória da história da literatura acompanha o percurso traçado na Europa e nos EUA: fundamentada no século XIX, manteve-se hegemônica até meados do século XX, quando foi eclipsada pelas novas abordagens teóricas que passaram a dominar o ensino universitário. Nas suas versões brasileiras, a história da literatura teve que enfrentar um obstáculo diferente dos encontrados pelas suas congêneres européias, um enigma de cuja decifração dependia a sua própria possibilidade de existência: o problema da origem, que, de tão obsedante, acabou se convertendo num *topos* quase obrigatório desse gênero de estudo. No tocante ao problema da nacionalidade, este foi o tema que particularizou a narração da história literária brasileira, bem como da formação da crítica por aqui, engendrando visões por vezes irreconciliáveis. A argumentação de Ronald de Carvalho apropria-se de formulações oitocentistas, que postulavam a existência de um vínculo estreito entre a produção espiritual e o ambiente geográfico, garantindo assim a particularidade da literatura brasileira em relação à portuguesa.

Há duas características da *Pequena História* presentes também no conjunto de seus ensaios nos anos 20: primeiramente, a narração da história literária desenvolvida a partir de um repertório de obras e autores segundo um encadeamento cronológico, linear e cumulativo. Em segundo lugar, a disponibilidade para “educar” em sentido amplo, buscando no passado literário elementos de base da sociedade. Esses dois atributos são concebidos da maneira mais ortodoxa possível, com propósitos claros de se construir uma tradição literária, o que equivalia também a uma tradição para a sociedade brasileira. Nesse encadeamento formador de um cânone, pretende-se construir um narrador com perfil impessoal e imparcial, que, no entender de Jauss, é o perfil próprio encontrado no gênero historiográfico da literatura no século XIX (JAUSS, p. 1994)⁵. Uma compreensão mais justa das premissas teóricas do autor carioca nos leva às suas próprias palavras:

A história de um povo não está apenas na simples enumeração dos seus feitos guerreiros, das suas lutas políticas e religiosas, das suas conquistas e dos seus reveses. Há uma força íntima e superior que a determina, um impulso irresistível que lhe define as características, uma chama palpitante que a ilumina perenemente: a alma da raça. (CARVALHO, 1968, p. 41)

Essa idéia é fundamental para a compreensão do conjunto ensaístico de Ronald de Carvalho e o fragmento acima sintetiza o cerne do seu trabalho: fiel à lição oitocentista, deduz-se o aspecto da nação pelo aspecto étnico de seu povo e dos fatores físicos do solo que habita. Daí que, na arquitetura de um livro sobre literatura, Ronald de Carvalho opta por, na sua abertura, tratar da geografia, especialmente porque, da sua perspectiva, o tema permanecia sem um estudo: “Nem a superfície, nem principalmente no subsolo

esta parte do novo-mundo se deixou desvendar de um modo seguro. Pisamos, aqui, num terreno pouco firme, onde a hipótese é a única lei e os cálculos de probabilidade os únicos esteios” (CARVALHO, 1968, p. 17). Mas, se Ronald de Carvalho, com a disciplina acadêmica que o caracteriza, descreve longamente a fauna e flora brasileira, sua geografia e outros aspectos alheios ao campo literário, não o faz sozinho. Ao contrário, a paisagem brasileira, de uma maneira ou de outra, é a base a partir da qual a literatura brasileira vem se formando. Seja como elemento ficcional, referência para construção de imagens poéticas ou objeto de conhecimento, o fato é que falar da natureza ultrapassa os limites da mera informação e reveste-se de sólido conteúdo ideológico, notadamente quando elucidada em textos exógenos à literatura. A paisagem é, em Ronald de Carvalho, índice de definição da “alma da raça”, por isso uma longa apresentação do tema numa obra que se pretende “pequena” para abordar a história literária.

Ao lado da paisagem, a problemática racial estava na ordem do dia. A fórmula encontrada pelo crítico para se confrontar com o tema foi associá-lo à formação da literatura brasileira. Esse tipo de abordagem se manifesta em outros aspectos da *Pequena História*: ao versar sobre a literatura, relaciona-a a problemas caros ao seu tempo, o que é feito por meio de um texto erudito, mas, simultaneamente, de divulgação. Ao executar essa união, o caminho é o tradicional — uma história literária, um trabalho caracterizado pela exposição e interpretação cronológica dos momentos de apogeu e declínio dos períodos, gêneros e autores da literatura, oferecendo a esta um caráter sistemático e organizado. Lembrando David Perkins, a opção de Ronald de Carvalho não poderia ser outra, pois, ao desejar redigir uma história literária, somente o faria com êxito através do encaideamento lógico do tecido narrativo, o que o tornou apto a abranger toda a problemática aduzida no livro.

Com essas preocupações em mente, Ronald de Carvalho distingue-se como um intelectual paradigmático do seu tempo, que interpretava de modo claro na história literária aquilo que compreendia ser a “alma” da nação. Nesse sentido, convém chamar a atenção para a “paixão interpretativa”, conforme João Alexandre Barbosa determinou como sendo um traço da crítica brasileira, fundamentada no século XIX e existente ainda nos anos iniciais do XX:

Era natural: desde o começo das reflexões críticas no Brasil, mesmo as menos sistemáticas, empreendidas pelos próprios criadores entre os séculos XVII e XIX, o debate centra-se na busca de uma diferença com relação à Europa e, portanto, pela identidade nacional. Neste sentido, a interpretação da literatura era subsidiária da preocupação maior em identificar os traços culturais que serviam de base para uma definição abrangente do país. (BARBOSA, 1990, p. 41)

Se as primeiras décadas do século XX ofereceram novos paradigmas e novas relações entre literatura e história, a “paixão interpretativa” persistirá na obra de Ronald de Carvalho, de Júlio Ribeiro, de Tristão de Athayde e muitos outros, fazendo com que o “espírito de nacionalidade” seja a “chave para leitura da história da crítica literária brasileira” (BARBOSA, 1990, p. 60). No seu ensaísmo, a reflexão sobre as manifestações culturais e artísticas brasileiras insistem em constituir um protagonista e, por isso, vol-

tando-se com assiduidade ao tema do caldeamento de raças, seus textos delegam ao português o papel de herói da constituição da sociedade e, como é de se esperar de seus pressupostos, da literatura do nosso país. Contudo, ao mesmo tempo que salienta uma imagem heróica para o português, a sua produção ensaística opera com o *topos* de que a ausência de uma “cultura brasileira” autêntica seria decorrência da própria condição colonial da origem do Brasil. Em muitos dos ensaios esta tese se repete e é interpretada em termos do legado ibérico.

Daí o problema que enfrentou ao tratar do período “autonômico” das nossas letras, problema igualmente deparado por Sílvio Romero e José Veríssimo quando trataram dos dilemas formativos da literatura brasileira, condicionando a sua nacionalidade à situação colonial de origem do país. A fim de demonstrar a formação nacional de uma literatura, sua originalidade e, principalmente, sua independência do vigoroso legado português, o caminho é abordar a língua portuguesa falada no Brasil, suas particularidades de toda ordem, justificando, através dela, sua autonomia literária :

Apesar de não possuímos uma língua própria, acreditamos, ao revés de alguns pessimistas de pequena envergadura, que não nos falecem as condições necessárias ao advento de grandes obras literárias, perfeitamente brasileiras, caracteristicamente nacionais. (CARVALHO, 1968, p. 44)

O que Ronald de Carvalho buscará no período romântico — ou “autonômico” — não será simplesmente a discussão sobre a nacionalidade da literatura brasileira. Atribuindo à individualidade um valor indiscutível para o artista, o crítico carioca arrolará a expressão poética de cada artista frente às tendências estéticas européias. Assim, ao apontar a qualidade poética de um Gonçalves de Magalhães, irá apresentá-la em termos da “íntima expressão” do poeta e não do sentimento patriótico facilmente evocado de sua obra, pois esse sentimento já se fazia aparecer desde a escola mineira. Magalhães, “apesar de guardar ainda um característico sabor clássico” (CARVALHO, 1968, p. 221), teria conseguido variar a forma e isso lhe asseguraria um valor poético, pois mostraria seu posicionamento particular frente aos temas da pátria e da religião. Se a temática não era nova, a intuição do indivíduo poético dava mostras de um novo rumo para a literatura brasileira, cujo ápice residiria na poesia de Gonçalves Dias. O poeta maranhense teria conseguido unir, com sensibilidade, todo o repertório nacionalizante, os vários elementos dos ritos selvagens e as maravilhas naturais aos pressupostos do romantismo em geral. A sua “fisionomia interior”, de “fino gosto”, vestia suas composições de um “estilo ágil e vivo, ora meigo, ora arrebatado, mas sempre lídimo, translúcido e corrente. Suas imagens são espontâneas, aparecem à flor dos versos, sem esforço, naturalmente, como que para preencher o lugar que lhes estava marcado na estrofe.” (CARVALHO, 1968, p. 223).

As qualidades evidenciadas em Gonçalves Dias, que seriam próprias da estética romântica, repousam em certos preceitos francamente valorizados e retomados pelo modernismo, especialmente a novidade e a individualidade poética. A atenção a esses elementos une a crítica de Ronald de Carvalho à de Mário de Andrade quando se dirigiram ao período romântico. Para o autor de *Macunaíma*, o poeta maranhense conseguiria

deixar seu leitor em “estado de poesia”, faculdade própria dos bons poetas, sejam eles “os românticos em geral, os Dirceus, os simbolistas e os nossos contemporâneos bons” (ANDRADE, 2002, P. 138). A chave interpretativa de Mário de Andrade coincide com a do crítico fluminense ao procurarem, na leitura que empreendem do passado literário, aquilo que singulariza cada autor, enfocando em especial a simplicidade.

De volta à obra de Ronald de Carvalho, é preciso dizer que “simplicidade” foi o critério eleito por ele para discorrer a respeito do artista moderno e confrontá-lo com a tradição intelectual brasileira. A sua tese repousa no princípio de que qualidade intelectual só é alcançada com sobriedade e disciplina, somente conquistadas com a sociedade moderna. Apesar da qualidade dos românticos, trata-se de artistas educados no campo com todo o conservadorismo e preconceito próprios da carência de formação sistemática. Daí a vantagem do homem moderno, fruto das mudanças ocorridas com as várias imigrações:

O brasileiro de escol já não é mais o *filho de fazendeiro*, habituado aos longos silêncios do sertão, testemunha dos sofrimentos de uma raça escravizada, em cujo leite mamou as primeiras dúvidas. E o brasileiro, em síntese, já não é mais, também, o exclusivo produto de caldeamentos limitados a três grupos étnicos. [...] Essa nova nacionalidade, de sangue mais temperado, vencerá o meio cósmico que os nossos maiores conquistaram, mas não puderam dominar, desmentindo, assim, os postulados levianos de uma pretenciosa antropogeografia que nos impunha a fatalidade dos seus dogmas irremediáveis. (CARVALHO, 1968, p. 364; grifo do autor)

Para completar a exposição a respeito do homem moderno, o crítico sugere meios de se conduzir a sociedade para o futuro, apontando a necessidade de se “disciplinar a inteligência” como a principal delas, o que se faria “pelo estudo direto do Brasil”, ou seja, o escritor deveria “procurar na arte” a reflexão do “nosso tumulto nacional”. Mas, para isso, acrescenta, era preciso ser moderno, o que equivalia a “não ser futurista, nem esquecer o passado” e, assim, seria livre para escrever.

O que há de moderno no ensaísmo de Ronald de Carvalho é o fato de que, ao olhar para trás, ao propor um história literária e artística, procurará articular esses temas à dimensão política. Para ele, a existência de grandes talentos esparsos ao longo do tempo não bastavam para estabelecer uma literatura organizada, era preciso ainda criar meios institucionais que garantissem o estabelecimento de uma tradição enraizada e duradoura. É, então, no sentido da institucionalização da cultura brasileira que Ronald dirige seus esforços, escrevendo ensaios de divulgação, fazendo conferências e, sobretudo, produzindo um a história da literatura brasileira. Se aos olhos de alguns dos seus contemporâneos, como Sérgio Buarque, Ronald era apenas um “vulgarizador” de idéias, ou, ainda, se para Mário de Andrade que, a propósito desse mesmo atributo, lamentava que o autor não tivesse cumprido “o destino que Deus lhe deu espalhando-se e enfraquecendo-se com essas utilidades de ginásio e secundário”, tendo em vista a receptividade dos leitores, seus ensaios procuraram se adaptar ao padrão corrente. Além disso, sua obra pareceu aos seus contemporâneos, além de vulgarizadora, muito bem escrita. Esses elementos, longe de “prejudicarem o artista”, como queria Manuel Bandeira, permitiam ao leitor encontrar referências, suscitando pertencimento a uma cultura.

A história literária de Ronald de Carvalho foi projetada às vésperas da eclosão do modernismo e impreganava-se do ambiente intelectual que procurava de forma sistemática e intensa compreender o país⁶. O impulso modernizante do autor da *Pequena História* pode ser percebido justamente por deparar-se com temas e problemas que levavam em consideração a arte brasileira em geral e a literatura em particular de um modo acessível. O problema da comunicabilidade é um dos princípios diretivos do seu trabalho, perseguido através dos diversos matizes da atividade de ensaísta. Para ele, escrever sobre literatura equivalia a proporcionar à sociedade brasileira aquilo que ela mais carecia: uma organicidade cultural. Se, para isso, voltar-se para o passado literário para constituir uma tradição apontou-se como estratégia decisiva, seu olhar foi dirigido fielmente aos princípios do seu tempo. Nesse quadro, pode-se afirmar que, longe de ser um defeito, o exercício de divulgação, característica principal da prosa de Ronald de Carvalho, ajustava-se aos propósitos de uma das facetas do modernismo.

Notas

¹ Na consulta que fiz na mesma faculdade, pude constatar que a primeira edição data de 1906.

² Roberto Ventura, em *Estilo tropical*, propôs esse modelo por entender que a busca pela essência nacional teria introduzido o tom de epopéia, de continuidade ininterrupta, na nossa crítica literária e, conseqüentemente, na história da literatura. Ver: VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

³ Ronald de Carvalho já estava trilhando a sua excelente carreira diplomática, na qual ingressou em 14 de agosto de 1914 como Praticante de Secretaria, o que seguiu de uma série de sucessivas promoções até ocupar, em 1930, o cargo de Primeiro Secretário da Embaixada Brasileira em Paris, posto dos mais disputados pela diplomacia brasileira da época e no qual permaneceu por dois anos, quando passou a responder interinamente pelo expediente do Ministério das Relações Exteriores. Gostaria de sublinhar que diplomacia, poesia e ensaísmo, atividades que, embora distintas, são frutos intelectuais, aparecem nas reflexões contidas na *Pequena História*, seja a propósito das relações entre os fatores geográficos, históricos, climáticos e raciais, seja da própria concepção do texto. Ver: COSTA E SILVA, A. da. “Diplomacia e cultura”. In: _____. (org.) *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001, pp. 26-36

⁴ Renato de Almeida, em “Ronald de Carvalho e o modernismo”, texto publicado no periódico *Lanterna Verde*, em 05 de novembro de 1936, ressalta a função catalisadora e doutrinária do ensaísta carioca e destaca o seu papel e de sua grande cultura na orientação do movimento modernista, situando-o à altura de Mário de Andrade. Ao contrário deste, porém, que teria por hábito escrever para os iniciados, Ronald abrangeria um campo de construção mais largo e atingiria um público mais amplo e diversificado, dada a clareza da exposição de suas idéias. Por isso tudo, Renato de Almeida elogia a “atitude modernista” do poeta carioca, que reputava como “um dos trunfos do movimento”, pelo seu nome e prestígio. Os artigos que Ronald de Carvalho escrevera, seus poemas, sua participação na Semana, toda sua produção intelectual, enfim, evidenciaria um caráter de ponderação que faria dele “o grande doutrinador do movimento”. Para maiores informações, ver: NAPOLIS, Roseli de Oliveira. *Lanterna Verde e o modernismo*. São Paulo: IEB/USP, 1970 p. 53. Sobre o mesmo artigo de Renato Almeida, ver também GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999

⁵ JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994

⁶ Apenas com o propósito de ilustração, convém citar alguns estudos da época que abordavam os temas brasileiros em sua amplitude (etnografia, população em geral, costumes e tradições, aspectos da geografia física, herança colonial, contingentes imigratórios etc.): *Populações Meridionais do Brasil* (1922) e *Evolução do Povo Brasileiro*

(1924), ambos de Oliveira Viana; *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado; *Macunaíma* (1928); *O Brasil Nação* (1931), de Manuel Bonfim; *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freire; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, dentre inúmeros outros.

Bibliografia

- ANDRADE, M. *Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. Organização, introdução e notas Marcos Antônio de Moraes. São Paulo: Edusp, 2001
- ANDRADE, Mário. “Castro Alves”. In: _____. *Aspectos da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil — 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960
- BARBOSA, João Alexandre. “Paixão interpretativa”. In: _____. *A leitura do intervalo*. São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura; Iluminuras, 1990
- CARVALHO, Ronald. *A Época- Revista de Ciência e Literatura*. Rio de Janeiro, julho-agosto, 1909-1912
- CARVALHO, Ronald. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia., 1968
- COSTA E SILVA, A. da. “Diplomacia e cultura”. In: _____. (org.) *O Itamaraty na cultura brasileira*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2001
- EULÁLIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil”. In: _____. *Escritos*. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Ed. da Unesp, 1992
- GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999
- LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias improvisadas*. Diálogos com Medeiros Lima. Petrópolis: Vozes, 1973
- JAUSS, H. R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994
- NAPOLIS, Roseli de Oliveira. *Lanterna Verde e o modernismo*. São Paulo: IEB/USP, 1970
- Orpheu*. Revista Trimestral de Literatura. Portugal e Brasil, ano I, 1915, nº 1, janeiro-fevereiro-março, 1915
- PERKINS, David. *Is literary history possible?* London: John Hopkins University Press, s/d
- SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo brasileiro e modernismo português*. Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações. Campinas: Ed. Unicamp, 2004
- SOUZA, Gilda de Mello. “Pintura brasileira contemporânea: os precursores. In: _____. *Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991
- VILLAÇA, A. C. “Ronald, o clássico modernista”. In: CARVALHO, R. *O espelho de Ariel e poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; Brasília: INL, 1976.